

## **FUSÃO PROVISÓRIA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 30.06.1981

Tudo indica que a fusão provisória dos partidos da oposição, proposta pelo senador Teotônio Vilela, é a estratégia mais segura para fazer frente ao vergonhoso pacote eleitoral que o PDS e o governo preparam para as eleições de 1982.

Existe hoje no Brasil um descompasso profundo entre o governo e a sociedade civil. Esta transformou-se. Desde 1977, após o pacote de abril, optou maciçamente pela democracia, enquanto o governo permanecia o mesmo: não apenas conservador, mas também e principalmente autoritário. A abertura até aqui realizada foi uma mera estratégia de sobrevivência, mas, quando se aproximam as eleições, a face autoritária do governo e de seu triste partido reaparece.

A aprovação das sublegendas e a proibição de coligações partidárias, o voto vinculado e a ameaça de obrigar todos os partidos a apresentarem candidatos aos cargos majoritários são todas medidas escandalosas do ponto de vista moral. Dado o controle que o PDS ainda detém do Congresso, a única alternativa política que evite definitivamente essas ameaças é a fusão provisória do PMDB, do PP, do PT e do PDT.

O governo, sentindo o perigo da fusão, já fala que as coligações serão permitidas, ou que o voto não será vinculado. Mas não é razoável acreditar nesse tipo de estratégia, que visa apenas paralisar e afinal tornar inviável por falta de tempo a fusão.

Esta deverá ser estritamente provisória. Visando exclusivamente às eleições de 1982. A presidência do novo partido, que poderia chamar-se simplesmente Partido Democrático, deveria caber a um colegiado constituído pelos Srs. Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Leonel Brizola e Luís Inácio da Silva. Os atuais diretórios dos partidos deveriam ser mantidos. Seriam transformados nos diretórios do novo partido e em seguida recuperariam seu caráter original.

É claro que haverá diversas dificuldades a vencer. Caso as sublegendas não sejam restabelecidas, haverá problemas na escolha dos candidatos. A solução ideal seriam eleições primárias. Por outro lado a disputa por um lugar na legenda do novo partido entre os candidatos aos cargos efetivos proporcionais apresentará certamente dificuldades. Mas esses são todos problemas para os quais haverá soluções caso as lideranças partidárias se engajem definitivamente na fusão.

O importante é garantir a redemocratização do País e a constituição de um governo com legitimidade política. A crise econômica e política em que estamos mergulhados só poderá ter uma solução satisfatória quando, após eleições honestas e a convocação de uma Assembléia Constituinte, pudermos ter um governo que efetivamente represente a sociedade civil brasileira.(30/06)